



RELIGIÃO E ESPAÇO NO BRASIL MODERNO – CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS E PERCEPÇÕES EMPÍRICAS

Sérgio Gonçalves de Amorim

Doutor em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Pós-doutorando em Ciências Políticas e professor visitante no Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (UFF).

E-mail: amorimsjc@hotmail.com

RESUMO

Uma revisão crítica das principais pesquisas nas ciências da religião no Brasil, que tratam das relações entre religião e espaço. Este texto aponta para a necessidade de atualizar a compreensão do processo histórico de produção social do espaço das cidades e do papel do espaço religioso na construção da cidadania no Brasil contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE

Religião; espaço; política; cidade; cidadania.

1. INTRODUÇÃO

O fenômeno religioso deixa-se apreender por várias de suas manifestações. Entre elas, as pesquisas sobre suas espacializações podem revelar alguns paradoxos e contradições desse fenômeno; por exemplo, o de ser elemento agregador, mas ao mesmo tempo de segregação, de abrigar os injustiçados e promover a mesma injustiça, servir de suporte para sonhos de liberdade, porém poder tornar-se pesadelo e prisão.

O espaço como uma categoria do pensamento é, também, um elemento que condiciona e dá expressão às ações humanas, escondendo e revelando com sutileza as características de uma dada época e sociedade.

Para pesquisar os fenômenos religiosos a partir de suas espacialidades, no entanto, é necessário um método que não reifique o espaço e nem conduza a religião a um fetiche, e vice-versa, ou seja, que não tome o espaço sagrado por hierofania sem que sejam explicitadas sua construção histórica, social, cultural e política.

As manifestações religiosas brasileiras modernas se desenvolveram concomitantemente ao processo recente de urbanização excludente no país, o qual se intensificou após a segunda metade do século XX.

Ao considerar as religiões pela perspectiva dos espaços que elas criam e dos quais participam, torna-se possível compreendê-las muito mais como elementos de alienação e controle do que de esclarecimento e liberdade.

Isso se torna evidente quando se consideram, sobretudo, as religiões que se fomentaram no espaço urbano. Ainda que tenham se reproduzido no campo, elas tendem a contribuir para a manutenção das hegemonias do capital e do poder estatal na cidade. Ao menos é isso o que as espacialidades apresentam, seja na religião, no espaço, na economia ou na política.

2. PROBLEMATIZAÇÃO TEÓRICA

A temática da religião e suas relações com o espaço geográfico ainda são pouco conhecidas nas ciências humanas em geral, e, em particular, no campo das ciências da religião, e até mesmo da geografia da religião.

No Brasil, a maior parte das poucas pesquisas nessa área se fragiliza por não compreender criticamente o processo histórico de produção social do espaço e sua prevalência na determinação do espaço religioso, o qual é submetido à lógica da urbanização para a acumulação capitalista e para a expressão do poder do Estado.

Parte-se do seguinte princípio: se o espaço religioso, por um lado, permite certo nível de associação entre as pessoas em um ambiente de fragmentação social e espacial, como nas cidades, por outro lado, impõe uma organização político-religiosa capaz de minar a participação política da maioria da população na *polis*. Isso significa que o espaço religioso tem permitido

uma associação das pessoas para sua posterior alienação, referendando os projetos hegemônicos da economia política capitalista e das ideologias do estado-nação que se materializam na cidade moderna.

Em síntese, o espaço religioso tem contribuído para agregar as pessoas, porém sob o jugo da alienação política do cidadão da *polis*, daqueles que deveriam ser os verdadeiros *políticos*, os habitantes da cidade.

Tais características do espaço religioso brasileiro referendam o que já se sabe: que a participação popular continua a ser um desafio para a construção democrática da cidadania no Brasil. Somente no Brasil?

3. ABORDAGENS CONCEITUAIS CLÁSSICAS DA GEOGRAFIA DA RELIGIÃO

Apesar da importância da categoria conceitual *espaço* para as pesquisas científicas no campo das ciências da religião, ela é pouco utilizada pelos pesquisadores da área.

Knott (2005) aponta que uma metodologia para a pesquisa da religião com base em seus elementos espaciais requer uma série de passos analíticos, e acrescenta que tal processo interpretativo pode ser realizado pela perspectiva de um sistema espacial, embora seus vários elementos componentes possam ser interpretados isoladamente.

E tal metodologia de pesquisa pode ser tanto de uma perspectiva diacrônica (ao longo do tempo), quanto sincrônica (no mesmo tempo), conforme indica Knott (2005).

O espaço é reconhecido na teoria contemporânea como um fator dinâmico, e não como um mero elemento passivo que contém ou é um suporte para as atividades humanas. Está intimamente relacionado à forma e à prática cotidiana, ao ritual, ao conhecimento e discurso, e consequentemente à religião, não menos que em outras áreas da vida social e cultural, como defende Knott (2005).

Usarski (2007) destaca que, apesar da importância da categoria conceitual do espaço para o pensamento científico

acerca do fenômeno religioso, seu desenvolvimento teórico se deu apenas na segunda metade do século XX, com publicações na Alemanha (1947), França (1948) e Estados Unidos (1967).

Conforme Usarski (2007), não obstante a diversificação de projetos desde então, até os dias atuais, há uma pequena quantidade de instituições de pesquisa que tratam o fenômeno das religiões de uma perspectiva espacial, embora se deva considerar o trabalho de pesquisadores isolados em diversas áreas do conhecimento, inclusive nas ciências da religião.

Nesse contexto, Usarski (2007) aponta que, de um modo geral, os geógrafos da religião têm que aperfeiçoar seu conhecimento acerca dos fenômenos religiosos, e que os cientistas da religião devem, por sua vez, compreender melhor a natureza social do espaço.

4. GEOGRAFIA DA RELIGIÃO NO BRASIL

Ainda considerando o trabalho de Usarski (2007), na pesquisa sobre religião e espaço se destacam, no Brasil, geógrafos como Sylvio Fausto Gil Filho, do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), e Zeny Rosendahl, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre o Espaço e Cultura da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (NEPEC-UERJ).

Pereira e Gil Filho (2012) apontam para a filiação fenomenológica dessas duas escolas de geografia da religião, e que ambas definem o espaço sagrado como categoria conceitual, sendo que o grupo da UERJ filia-se à fenomenologia de Mircea Eliade, e o grupo da UFPR associa-se à fenomenologia de Ernest Cassirer.

Tais vertentes institucionais brasileiras da geografia da religião, em sua interpretação fenomenológica, terminam por crer na existência de uma dimensão do sagrado que se manifesta no espaço (grupo da UERJ), ou que se apresenta como uma conformação simbólica da necessidade humana de dar significado ao mundo (grupo da UFPR). Ou seja, tais pesquisadores acreditam que há hierofania imanente ao espaço sagrado, o que é discutível, sob a perspectiva das demais ciências da religião.

Tais abordagens fenomenológicas não explicam as relações entre religião, espaço e manutenção ou transformação das estruturas sociais e políticas implicadas na construção da cidadania e no exercício do poder nas cidades, e também na religião reificando o espaço, tomando-o como “coisa sagrada”, e fazendo do espaço religioso um fetiche, uma materialização das divindades.

Essas abordagens da geografia da religião no Brasil não contribuem para uma discussão acerca dos papéis do fenômeno religioso e espacial para a transformação ou conformação da sociedade, nem auxiliam na compreensão dos processos políticos que perpassam tais dimensões da vida humana.

5. RELIGIÃO E ESPAÇO NAS CIÊNCIAS DA REGIÃO NO BRASIL

Partindo da perspectiva das ciências da religião, pode-se considerar que há um terceiro grupo de pesquisas no Brasil que estuda o aspecto espacial dos fenômenos religiosos.

Trata-se do grupo de pesquisa Religião e Periferia na América Latina (Repal), do programa de ciências da religião da Universidade Metodista de São Paulo (Umesp), cadastrado desde 2007 no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e coordenado pelo professor Dr. Dario Paulo Barrera Rivera.

Embora o Repal não tenha uma filiação fenomenológica, tal como a geografia brasileira da religião, também cai na armadilha da reificação do espaço, tomando-o como coisa, sem discutir mais profundamente seus determinantes históricos, políticos e culturais. Também faz da religião um fetiche, idealizando-a como um processo capaz de, por si só, ser um determinante de processos migratórios e de urbanização, nesse caso, na metrópole paulista.

Seria mais realista admitir-se exatamente o contrário, que metrópole e migração são determinantes do fenômeno religioso na cidade moderna. A dissertação de Fajardo (2011), pesquisador integrante do Repal que analisou o “caso de Perus (SP)”, serve para exemplificar algumas insuficiências dessa abordagem teórica.

A região de Perus compõe uma das subprefeituras da cidade de São Paulo, e, segundo Maricato (2011, p. 7-8), “uma metrópole desgovernada”, marcada pelo

[...] patrimonialismo, a privatização da esfera pública, o clientelismo e a política do favor, além da herança escravocrata, do desprestígio do trabalho e da incorporação de avanços sem o abandono das formas atrasadas.

Fajardo (2011) não incorpora tal compreensão crítica da cidade nos projetos hegemônicos que caracterizam tal espaço de conflitos, desde sua gênese aos dias atuais.

A religião é um fator secundário nesse contexto, pois as redes de solidariedade religiosa em si não geram emprego e renda, apenas sonho e esperança, perpetuando lideranças religiosas e seculares.

Essas religiões não promovem modelos alternativos de usos e ocupações do solo, mas referendam os projetos hegemônicos da cidade que são fundados na exclusão social.

Outro problema na abordagem teórica do Repal é o conceito de “periferia na América Latina”, que demonstra um sério anacronismo na perspectiva das pesquisas socioespaciais, particularmente no tocante ao processo histórico de produção social do espaço urbano no Brasil e no mundo.

As pesquisas do Repal não incorporam os avanços conceituais que se estabeleceram em outros campos de pesquisa que negam “a forma clássica de segregação que se apresentaria sob a forma de círculos concêntricos, com os mais ricos no centro e os mais pobres na periferia” (VILLAÇA, 2011, p. 38).

Para Villaça (2011), o processo histórico de segregação socioespacial e suas relações com a totalidade das estruturas urbanas destacam a dominação que se conforma no espaço urbano, isso no próprio interior de cada região da cidade, percepção que fica mascarada em uma abordagem teórica dicotômica de centro *versus* periferia.

As religiões no Brasil tendem a privatizar o espaço público e a não articular a sociedade em torno de projetos mais inclusivos e participativos.

O espaço religioso se insere e se subordina à lógica urbana, sendo-lhe ainda instrumental e fomentando as desigualdades na cidade, em um “urbanismo à brasileira”, que na construção da cidade,

[...] não planeja ações para a superação do atraso, mas confunde; não organiza, mas desestrutura; não facilita, mas embaralha os procedimentos burocráticos e administrativos; não é ético, mas tolera o favor e o clientelismo, não porque seja incompetente, mas por ser extremamente eficaz no seu objetivo de emperrar um desenvolvimento urbano mais justo, redistributivo e incluyente, que poderia contrariar o equilíbrio de forças políticas (FERREIRA, 2011, p. 75).

Outros exemplos de abordagens teóricas que idealizam o papel da religião na construção do espaço da cidade são as publicações organizadas por Mafra e Almeida (2009), por Soares e Passos (2009) e por Pereira (2009).

Essas pesquisas não associam, em profundidade, uma sociologia da religião a uma sociologia urbana crítica, de modo que acabam por idealizar a cidade e/ou a religião, apontando para uma esperança de que tais expressões da vida humana possam, um dia, levar mais justiça às relações sociais no espaço urbano, o que é paradoxal, pois como se está a defender, a cidade se fundamenta na injustiça, e a promove sistematicamente.

Desse modo, não há uma percepção crítica do lugar da religião no planejamento e gestão do espaço público urbano no Brasil, que na maioria das vezes submete a religião ao projeto hegemônico de cidade.

Em realidade, o espaço religioso fomenta os espaços excludentes e fragmentados da cidade, pelo simples fato de neles existir. As religiões não apresentam alternativas espaciais para a cidade injusta, pois o imaginário também é dirigido na prática religiosa.

A utopia religiosa fica a reboque da cidade real, e impotente para propor novos ideais de vida coletiva, alternativos aos que já estão pobremente postos como sendo espaço de todos, mas que é vivido como espaço de ninguém, dado os descasos para com o espaço público no Brasil.

A religião privada moderna é pobre em suas utopias por ser impotente para a transformação social no contexto das cidades modernas brasileiras.

Estaria a religião, tal como é vivida no Brasil, apta a fomentar transformações sociais? Aqui não é uma questão de crença, pois a *práxis* tem demonstrado que não.

Há, no entanto, pesquisas que se vinculam à teologia da libertação que têm apresentado resultados interessantes ao problematizar criticamente as relações entre religião e espaço, tendo em vista o fomento de transformações sociais que promovam justiça.

Nesse campo da Teologia, destacam-se Moreira (2006) e a publicação organizada por Oliveira e Souza (2009).

No campo dos estudos sociais da religião, a publicação organizada por Baptista, Passos e Silva (2008) apresenta algumas pesquisas mais críticas em relação à religião e ao espaço, em que as dimensões empíricas e teóricas são avaliadas tendo-se em vista as dinâmicas das transformações sociais e suas possibilidades de promoção de justiça social.

Mais recentemente, Amorim (2011), ao pesquisar o caso das megagregas e relacionando-as à urbanização e às massas, aponta que esse tipo de espaço religioso permite certo nível de associação entre as pessoas em um ambiente de fragmentação socioespacial, como são as cidades, porém impõe uma organização religiosa que se assemelha às grandes empresas capitalistas, limitando a participação política dos fiéis na *polis*.

É importante ressaltar que a cidade é que inclui os espaços religiosos em seu interior, ou melhor, o espaço da religião é um componente da cidade e se submete às suas lógicas, que garantem a acumulação capitalista e a existência do Estado-Nação.

6. NOVAS UTOPIAS E ESPAÇOS DE ESPERANÇA

Considerando-se a cidade e a religião moderna, somente a reinvenção de cada uma dessas dimensões da vida social, e, por conseguinte, da própria política, tornariam possíveis espaços de vida mais justos. Haveriam de ser inventadas outras expressões religiosas mais libertárias e justas, que materializassem novos sonhos, escrevendo-os em novos espaços, a partir de novos usos da Terra para a promoção da vida.

Somente assim ocorreria outra forma de associação das pessoas no espaço religioso, uma forma livre do processo de alienação como o promovido pela economia política capitalista e pelo Estado-Nação.

Para um novo mundo, no plano da religião, haveria de ocorrer uma insubmissão do espaço religioso à lógica excludente do espaço urbano, não se permitindo ao primeiro participar dos processos e interesses privados do capital, que se reproduzem no processo de urbanização.

Essa utopia religiosa, talvez fortalecendo seu caráter de *res publica*, também poderia se tornar independente do poder político do Estado-Nação, fundando novas ordens políticas alternativas.

Revolução? Talvez.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, o espaço religioso na cidade tem contribuído para agregar pontualmente as pessoas, porém sob o jugo da alienação política, posto que no conjunto da cidade impera a exclusão e a fragmentação socioespacial.

Os espaços religiosos, sendo privados, referendam e participam de uma apropriação também privada do espaço público da cidade, alimentando uma lógica socioespacial que reproduz a exclusão, a segregação e a intolerância.

Tal miséria de uma economia política é que tem definido e alimentado o que, hoje, se chama religião, cidade e política.

RELIGION AND SPACE IN MODERN BRAZIL – THEORETICAL CONTRIBUTIONS AND EMPIRICAL INSIGHTS

ABSTRACT

A critical review of the major studies in the Sciences of Religion in Brazil, that deal the relationship between religion and space, points to the need to update the understanding of the historical process of the social production of the space of the cities and the role of the religious space in building citizenship in contemporary Brazil.

Religion; space; politics; city; citizenship.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, S. G. de. *Contradições e ambiguidades do espaço religioso: megajgreja, urbanização e massa*. 2011. 287 f. Tese (Doutorado em Ciências da Religião)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.
- BAPTISTA, P. A. N.; PASSOS, M.; SILVA, W. T. da. (Org.). *O sagrado e o urbano: diversidades, manifestações e análise*. São Paulo: Paulinas, 2008.
- FAJARDO, M. P. *Pentecostais, migração e redes religiosas na periferia de São Paulo: um estudo do bairro de Perus*. 2011. 177 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião)–Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2011.
- FERREIRA, J. S. W. São Paulo: cidade da intolerância, ou o urbanismo “à brasileira”. *Estudos Avançados, Dossiê São Paulo, hoje*, São Paulo, v. 25, n. 71, p. 73-88, abr. 2011.
- KNOTT, K. Space. *Revista de Estudos da Religião – REVER*, v. 5, n. 4, p. 108-114, 2005.
- MAFRA, C.; ALMEIDA, R. de. (Org.) *Religiões e cidades: Rio de Janeiro e São Paulo*. São Paulo: Terceiro Nome, 2009.
- MARICATO, E. Metrôpoles desgovernadas. *Estudos Avançados, Dossiê São Paulo, hoje*, São Paulo, n. 71, p. 7-22, abr. 2011.
- MOREIRA, A. da S. *O dom da terra: leitura teológica dos conflitos agrários no Brasil*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco/Comissão Pastoral da Terra, 2006.
- OLIVEIRA, P. A. R. de; SOUZA, J. C. A. de. (Org.). *Consciência planetária e religião*. São Paulo: Paulinas, 2009.
- PEREIRA, C. J.; GIL FILHO, S. F. Geografia da religião e espaço sagrado: diferenças entre as noções de *locus* material e conformação simbólica. *Ateliê geográfico*, v. 6, p. 1-31, 2012.

PEREIRA, J. C. *Religião e exclusão social: a dialética da exclusão e inclusão nos espaços sagrados da igreja Católica na Metrópole*. Aparecida: Santuário, 2009.

SOARES, A. M. L.; PASSOS, J. D. (Org.). *A fé na cidade*. São Paulo: EDUC/Paulinas, 2009.

VILLAÇA, F. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. *Estudos Avançados, Dossiê São Paulo, hoje*, São Paulo, n. 71, p. 37-58, abr. 2011.

USARSKI, F. A geografia da religião. In: USARSKI, F. (Org.). *O espectro disciplinar da ciência da religião*. São Paulo: Paulinas, 2007.